

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253QG-075-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis e individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 28 de março de 2024, foi emitido sem ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	294.225	73.060.485	822.444	76.833.364
Contas a receber clientes	5	349.192	816.432	755.144	971.004
Tributos a recuperar	6	4.554.939	1.898.941	5.190.187	2.001.925
Adiantamentos	7	18.409.765	53.180.823	23.163.038	55.622.009
Dividendos a receber		194.671	194.671	-	-
Outras contas a receber		165.118	232.618	165.118	232.618
Despesas antecipadas	8	3.049.843	3.456.697	3.049.843	3.456.697
		27.017.753	132.840.667	33.145.774	139.117.617
Não circulante					
Partes relacionadas	19	14.539.942	916.725	-	-
Imposto diferido	25	67.047.558	40.013.288	82.077.832	47.797.649
Bloqueios e depósitos judiciais	20	130.032	87.463	130.032	87.463
Despesas antecipadas	8	-	6.268.018	-	6.268.018
Investimento	9	9.043	9.803	-	-
Imobilizado	10	454.195	253.587	1.058.244	253.587
Intangível	11	948.742.366	552.979.192	948.742.366	552.979.192
Direito de Uso	12	157.954.003	38.533.092	166.880.229	50.506.918
		1.188.877.139	639.061.168	1.198.888.703	657.892.827
Total do ativo		1.215.894.892	771.901.835	1.232.034.477	797.010.444

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	13	34.141.890	29.537.656	34.173.548	29.537.656
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	430.206.149	98.993.453	464.463.394	124.691.891
Arrendamento	15	11.841.198	1.008.360	15.475.958	4.048.305
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	17.921.945	13.156.065	17.926.454	13.194.945
Provisões trabalhistas e encargos sociais	16	99.657	108.711	99.657	108.711
Adiantamentos de clientes	7	272.964.369	23.858.472	273.019.832	23.993.155
Concessões e serviços públicos a pagar	17	4.974.189	4.742.372	4.974.189	4.742.372
Dividendos a pagar		-	-	-	-
Outras contas a pagar	18	7.904.848	2.457.581	8.386.107	3.217.581
		780.054.245	173.862.670	818.519.140	203.534.616
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	328.273.676	-	351.124.570
Arrendamento	15	140.515.490	34.986.150	146.845.046	44.849.618
Concessões e serviços públicos a pagar	17	34.203.713	38.024.744	34.203.713	38.024.744
Partes relacionadas	19	367.600.873	251.137.283	367.600.873	228.442.675
Provisão para perda de investimento	9	27.613.707	14.411.547	0	-
Provisão para contingências	20	1.709.113	1.270.549	1.709.113	1.270.549
		571.642.896	668.103.949	550.358.744	663.712.156
Patrimônio líquido					
Capital social	21	22.000.000	22.000.000	22.000.000	22.000.000
Prejuízos acumulados		(157.802.249)	(92.064.784)	(157.802.249)	(92.064.784)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		(135.802.249)	(70.064.784)	(135.802.249)	(70.064.784)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(1.041.158)	(171.544)
		(135.802.249)	(70.064.784)	(136.843.407)	(70.236.328)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.215.894.892	771.901.835	1.232.034.477	797.010.444

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	22	1.321.904	3.597.060	5.002.022	7.395.889
Custo dos serviços prestados	23	(1.210.352)	(2.582.963)	(4.504.810)	(6.086.674)
Lucro/prejuízo bruto		111.552	1.014.097	497.212	1.309.215
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	23	(25.937.393)	(14.871.640)	(38.733.381)	(30.278.965)
Resultado de Equivalência	9	(13.202.920)	(15.053.707)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		1.703.342	(1.582.077)	2.051.843	(1.392.666)
		(37.436.972)	(31.507.424)	(36.681.538)	(31.671.631)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	250.655	1.301.511	371.851	1.316.918
Despesas financeiras	24	(55.696.971)	(29.711.591)	(65.112.959)	(37.776.115)
		(55.446.316)	(28.410.080)	(64.741.108)	(36.459.197)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(92.771.736)	(58.903.407)	(100.925.434)	(66.821.613)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	38.171	(38.171)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	27.034.271	14.908.142	34.280.184	22.692.502
Prejuízo do exercício		(65.737.465)	(43.995.265)	(66.607.079)	(44.167.282)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído controladores		(65.737.465)	(43.995.265)	(65.737.465)	(43.995.265)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos não controladores		-	-	(869.614)	(172.017)
Prejuízo do exercício		(65.737.465)	(43.995.265)	(66.607.079)	(44.167.282)
Prejuízo por ação		(298,81)	(199,98)	(298,81)	(199,98)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(65.737.465)	(43.995.265)	(66.607.079)	(44.167.282)
Total do resultado abrangente do exercício	(65.737.465)	(43.995.265)	(66.607.079)	(44.167.282)
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	(65.737.465)	(43.995.265)	(65.737.465)	(43.995.265)
Não controladores	-	-	(869.614)	(172.017)
	(65.737.465)	(43.995.265)	(66.607.079)	(44.167.282)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.000.000	(48.069.519)	(26.069.519)	472	(26.069.047)
Prejuízo do exercício	-	(43.995.265)	(43.995.265)	(172.016)	(44.167.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.000.000	(92.064.784)	(70.064.784)	(171.544)	(70.236.328)
Prejuízo do exercício	-	(65.737.465)	(65.737.465)	(869.614)	(66.607.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.000.000	(157.802.249)	(135.802.249)	(1.041.158)	(136.843.407)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício		(65.737.465)	(43.995.265)	(65.737.465)	(44.167.282)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes:					
Depreciação e amortização	10 e 11	3.470.597	8.206.967	3.472.138	8.206.967
Amortização de arrendamentos	12	-	-	2.886.754	2.525.884
Crédito PIS e COFINS s/ insumo - arrendamento		-	-	160.847	-
Resultado de equivalência	9	13.202.920	15.053.708	-	-
Juros sobre mútuos	19	11.911.721	14.521.683	11.911.721	14.521.683
Juros sobre arrendamento	15	18.236.869	1.411.418	18.775.538	1.843.817
Provisão perda de crédito esperada (PCE)	5	446.007	-	461.879	-
Provisão de imposto diferido s/ prejuízo fiscal	25	(27.034.271)	(14.908.142)	(34.280.184)	(22.692.502)
Provisão de contingência trabalhista	20	438.564	5.072	438.564	5.072
Baixa de ativo imobilizado	10	22.317	1.618.564	22.317	1.618.563
Aumento nos ativos operacionais:					
Despesas antecipadas	8	6.674.872	(7.394.212)	6.674.872	(7.394.212)
Adiantamentos a terceiros	7	34.771.058	(50.473.193)	32.458.970	(52.914.378)
Recebimentos de clientes	5	21.233	1.196.658	(246.018)	1.051.478
Tributos a recuperar	6	(2.655.998)	(1.084.474)	(3.188.262)	(1.179.778)
Partes relacionadas	19	-	(916.725)	-	-
Depósitos judiciais	20	(42.570)	(87.463)	(42.570)	(87.463)
Outras contas a receber		67.500	(119.429)	67.500	(119.232)
Aumento nos passivos operacionais:					
Fornecedores	13	4.604.235	24.837.826	4.635.891	24.824.798
Obrigações tributárias e trabalhistas	16	4.756.826	6.317.958	4.722.454	6.239.958
Imposto de renda e contribuição social pagos	6	-	-	-	(11.084)
Adiantamento de cliente	7	249.105.898	20.670.210	249.026.676	20.789.478
Outras contas a pagar	18	5.447.269	7.230.084	5.168.529	7.990.084
Concessão de serviços públicos	17	(3.589.214)	(3.294.988)	(3.589.214)	(3.294.988)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		254.118.368	(21.203.743)	233.800.937	(42.243.137)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aquisição de imobilizado	10	(274.007)	(61.865)	(879.597)	(61.865)
Aquisição de intangível	11	(326.397.335)	(267.336.786)	(318.525.333)	(260.934.511)
Adições, pagamentos e incorporações dos investimentos	8	-	(10.000)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(326.671.342)	(267.408.651)	(319.404.930)	(260.996.376)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos tomados de terceiros / debêntures	14	-	260.000.000	-	358.157.977
Pagamento de empréstimos e debêntures - principal	14	-	(3.750.710)	(16.821.380)	(53.751.613)
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	14	(65.537.781)	(32.959.546)	(70.880.488)	(38.969.564)
Custas sobre debêntures	14	(4.308.554)	381.511	(4.308.554)	381.511
Empréstimos tomados de partes relacionadas	19	104.551.869	122.126.836	127.246.477	98.615.505
Empréstimos realizados de partes relacionadas	19	(13.623.217)	(916.725)	-	-
Pagamento de arrendamento - principal	15	(2.179.989)	(2.538.582)	(5.119.085)	(4.134.879)
Pagamento de juros sobre arrendamento	15	(19.115.614)	(1.411.418)	(19.654.284)	(1.843.817)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(213.286)	340.931.366	10.462.686	358.455.120
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa antes dos não controladores		(72.766.260)	52.318.972	(75.141.306)	55.215.607
Participação dos acionistas não controladores				(869.614)	(195)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		(72.766.260)	52.318.972	(76.010.920)	55.215.412
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício	4	73.060.485	20.741.514	76.833.364	21.617.952
No final do exercício	4	294.225	73.060.485	822.444	76.833.364

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		(72.766.260)	52.318.972	(76.010.920)	55.215.412

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A., Mercado Livre Arena Pacaembu, (Companhia) é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Rua Capivari, 195, Pacaembu, na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade de Gestão de instalações esportivas, gestão e administração da propriedade imobiliária, construção de edifícios, atividades relacionadas à museus, exploração de lugares, prédios históricos e atrações similares.

A Companhia tem como objeto a prestação de serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu, composto pelo Estádio Municipal Paulo de Machado de Carvalho e pelo seu Centro Poliesportivo, bem como a realização de construção na área de concessão pública, conforme disposições contidas no contrato de concessão celebrado no âmbito da concorrência internacional nº 01/SEME/2018, realizada pelo município de São Paulo. O contrato de concessão teve início em setembro de 2019, com duração de 35 anos, findando-se em setembro de 2054.

Para desenvolvimento das atividades incluídas no contrato de concessão, a Companhia atuará através das controladas cujas atividades estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

A Companhia em 31 de dezembro de 2024, apresenta prejuízos acumulados de R\$ 157.802.249 (R\$ 92.064.784 em 2023), e patrimônio líquido negativo de R\$ 135.802.249 (R\$ 70.064.784 em 2023), por estar em fase de investimento na reforma do complexo, que entrou em operação a partir de 25 de janeiro de 2025, com eventos testes em dezembro de 2024, passando a registrar lucros contábeis anuais a partir de 2026, conforme projeções de resultado da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante no montante de R\$ 752.948.548 na controladora (R\$ 41.022.003 em 2023) e R\$ 785.285.421 no consolidado (R\$ 64.416.999 em 2023), ocasionado principalmente pelo vencimento dos empréstimos e financiamentos no ano corrente de 2025, sendo estes amortizados através de uma nova captação a ser realizada durante o 1º semestre de 2025, de modo a readequar e prolongar dispêndios dessa natureza do fluxo de caixa da Concessionária em seu primeiro ano operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores em 31 de março de 2025.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Como não há diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados líquidos da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto.

A Administração realiza avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e não identificou questões que comprometam a referida continuidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação premissas e estimativas. Principais premissas relativas às fontes de incerteza na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 2.1.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, lucros não realizados, quando aplicável, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas, sendo destacada a participação dos cotistas e/ou acionistas não controladores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as companhias consolidadas.

Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

1. PACA Eventos e Serviços S.A - prestação de serviços de organizações de feiras, congressos, exposições e festas, montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas metálicas, edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, promoção de vendas, consultoria em publicidade, aluguel de equipamentos recreativos e esportivos, aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas.

2. ARPA Comércio e Serviços S.A - prestação de serviços de organizações de feiras, congressos, exposições e festas, e comércio de objetos de artes.

3. SP 40 Comunicações S.A - prestação de serviços de agenciamento de publicidade, criação de feiras e exposições, promoção de vendas, marketing direto, consultoria em publicidade, entre outras atividades.

A participação societária da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. sobre suas controladas diretas está apresentada, como segue:

	Participação	
	2024	2023
	Direta	Direta
PACA Eventos e Serviços S.A.	100%	99%
ARPA Comércio e Serviços S.A.	70%	70%
SP 40 Comunicações S.A.	100%	-

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (“*impairment*”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

2.5. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Instrumentos financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

Os principais impactos da adição do CPC 48 – instrumentos financeiros estão relacionados a classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda.

Com isso, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio de resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 38/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Empresa não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

Ativos financeiros, classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(a)** ao custo amortizado, **(b)** mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e **(c)** mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia **(i)** com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de “caixas e bancos”, “contas a receber”, “adiantamentos ativos e adiantamento de clientes”, “partes relacionadas ativos e passivos”, “fornecedores” “empréstimos, financiamentos e debêntures” e “concessão- outorga a pagar”. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo de “aplicações financeiras”. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos.

c) Investimento

A Companhia Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. avalia e registra seus investimentos nas controladas PACA Eventos e Serviços S.A., ARPA Comércio e Serviços S.A. e SP 40 Comunicações S.A. pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período, ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores (exceção feita para as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09) é reconhecida como outras receitas e outras despesas. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada, calculada conforme taxa de depreciação divulgada na Nota Explicativa nº 10. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

e) Intangível

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Pacaembu) pelos usuários, mesmo quando o retorno tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Conforme OCPC 05 – Contratos de Concessão, itens 116 e 117, ao que trata-se da amortização dos bens integrantes da infraestrutura vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, **dos dois o menor**, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O intangível e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve necessidade constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

f) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

g) Partes relacionadas

Os valores são registrados inicialmente a valor de custo, conforme transferências realizadas *intercompany* atrelados a taxas de juros estipulados em contratos. Sobre as atualizações mensais incidem as alíquotas vigentes de IRRF e adicionalmente IOF.

h) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

i) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

j) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 [R2] - Demonstração dos Fluxos de Caixa [IAS 7].

k) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido quando reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados em conformidade com a legislação tributária e NBC TG 32/R4 (Instrução CVM 371/02 e Deliberação CVM 599/09) – tributos sobre lucro. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável, contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos dos valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando a Companhia possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e se ambos pertencerem a mesma autoridade fiscal.

l) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei no 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro líquido ou prejuízo do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações contábeis).

3. Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2024:

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;

- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo. Consulte a Nota 14 para obter mais detalhes.

b) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

c) Alteração na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring*, *forfait* ou *risco sacado*). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

3.3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	37.568	4.837.104	53.007	4.848.344
Aplicações financeiras	256.657	68.223.381	769.436	71.985.020
Total	294.225	73.060.485	822.443	76.833.364

(*) as aplicações financeiras estão representadas por aplicação automática e compromissada em instituição financeira de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e indexador pós fixado, e possuem liquidez imediata a partir do 2º dia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue a composição das aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	68.223.381	20.435.656	71.985.020	20.435.656
Aplicações	62.045.034	387.278.698	63.469.850	393.098.449
Rendimentos	(29.704)	1.360.471	38.041	1.371.756
Resgates	(129.981.455)	(340.850.619)	(134.712.573)	(342.920.017)
IOF	(569)	(787)	(670)	(786)
IRRF	(30)	(38)	(10.232)	(38)
Total	256.657	68.223.381	769.436	71.985.020

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	795.199	816.432	1.217.023	971.004
(-) PCE	(446.007)	-	(461.879)	-
Total	349.192	816.432	755.144	971.004

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
a vencer	-	12.204	-	12.204
Vencidos até 30 dias	14.162	60.447	14.162	60.447
Vencidos de 31 a 60 dias	14.829	-	41.335	-
Vencidos de 61 a 90 dias	91.246	-	121.616	-
Vencidos acima de 90 dias	228.955	548.373	578.031	702.945
Vencidos acima de 365 dias	-	195.408	-	195.408
Total	349.192	816.432	755.144	971.004

A Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos. Até a presente data, registrou valores em perda no montante de R\$ 446.007 na Controladora e R\$ 461.879 no Consolidado, pelos valores identificados como perdas prováveis em sua carteira.

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recuperar	714.720	272.113	814.425	282.027
COFINS a recuperar	3.265.698	1.123.564	3.724.699	1.169.222
IRRF sobre aplicações financeiras a recuperar	562.906	496.111	587.815	498.236
IRPJ saldo negativo	-	-	-	24.332
CSLL saldo negativo	-	-	-	13.248
Outros tributos a recuperar	11.615	7.153	63.248	14.860
Total	4.554.939	1.898.941	5.190.187	2.001.925

Referem-se principalmente a créditos de PIS/COFINS oriundos da conta de ativo imobilizado e intangível, a serem utilizados para pagamento de tributos federais e de IRRF sobre aplicações financeiras, IRPJ e CSLL por estimativa que caracterizam saldo negativo no ano subsequente e será utilizado quando apresentar base para tributação de impostos Federais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Adiantamentos

A composição apresenta os seguintes valores:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores (*)	18.405.514	53.178.202	23.158.787	55.619.388
Adiantamentos a empregados	4.251	2.621	4.251	2.621
Total	18.409.765	53.180.823	23.163.038	55.622.009

(*) os adiantamentos a fornecedores, referem-se de forma geral a condições comerciais estabelecidas com prestação de serviços gerais de terceiros necessários aos investimentos no curso pré-operacional das obras do Complexo do Pacaembu.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes (*)	272.964.369	23.858.472	273.019.832	23.993.155
Total	272.964.369	23.858.472	273.019.832	23.993.155

(*) Os adiantamentos de clientes, referem-se de forma geral a contratos firmados com terceiros relacionados a locação de espaços utilizados a partir de 2024 e 2025 no Complexo do Pacaembu.

8. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, referem-se a apólices de seguro necessárias as atividades do complexo, despesas com terceiros e garantias financeiras correlatas com a captação de endividamentos para financiamento das obras, as quais são apropriadas perante a vigência, conforme princípio de competência.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Apólices de seguro	371.512	486.185	371.512	486.185
Emissão de debêntures	925.842	7.395.103	925.842	7.395.103
Fianças bancárias	1.752.489	1.843.427	1.752.489	1.843.427
	3.049.843	9.724.715	3.049.843	9.724.715
Ativo Circulante	3.049.843	3.456.697	3.049.843	3.456.697
Ativo Não Circulante	-	6.268.018	-	6.268.018

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimento

Descrição	SP40 Comunicações S.A.	Total
Capital social da controlada	10.000	10.000
Quantidade de ações possuídas	10.000	10.000
Patrimônio líquido	9.043	9.803
% participação societária	100%	-
Prejuízo do exercício	(197)	(197)
Valor contábil do investimento 31/12/2023	9.803	9.803
Resultado de equivalência patrimonial	(760)	(760)
Valor contábil do investimento 31/12/2024	9.043	9.043

As investidas a seguir, apresentaram no exercício de 2024, patrimônio líquido negativo, nesta situação, o procedimento contábil, na investidora, é registrar normalmente a equivalência patrimonial e apresentar os saldos negativos em seu passivo, como “Provisão para Perdas com Investimento”.

O procedimento com as empresas coligadas, no qual sua equivalência acumulada apresenta saldo negativo, para esses casos, diminuimos o saldo ativo do investimento até que este esteja “zerado”, com isso, não se registrando, portanto, qualquer parcela a título de investimento negativo

Seguindo a determinação do CPC 18 (R2), esses valores foram apresentados no grupo do passivo não circulante.

Descrição	PACA Eventos e Serviços S.A.	ARPA Comércio e Serviços S.A.	Total
Capital social da controlada	10.000	10.000	20.000
Capital subscrito	9.990	6.993	16.983
Quantidade de ações possuídas	10.000	7.003	17.003
Patrimônio líquido	(25.180.409)	(3.474.652)	(28.655.061)
% participação societária	100,00%	70,03%	-
Prejuízo do exercício	(11.170.159)	(2.901.616)	(14.071.775)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2023	(14.010.250)	(401.297)	(14.411.547)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.170.159)	(2.032.001)	(13.202.160)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2024	(25.180.409)	(2.433.298)	(27.613.707)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado**a) Composição do saldo - Controladora**

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos.	Móveis e Utensílios	Inform. - Hardware	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.543.287	168.334	27.050	42.527	9.781.198
Adições	-	3.260	-	58.605	61.865
Baixas	(9.543.287)	-	-	-	(9.543.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	171.594	27.050	101.132	299.776
Adições	-	47.905	129.622	96.480	274.007
Baixas	-	(20.519)	-	(1.798)	(22.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	198.980	156.672	195.814	551.466

i. Composição do Saldo - Controladora (depreciação)

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Inform. Hardware	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.168.922	7.362	902	6.276	3.183.462
Depreciação	4.755.801	17.024	2.705	11.921	4.787.451
Depreciação - baixas	(7.924.723)	-	-	-	(7.924.723)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	24.386	3.607	18.197	46.190
Depreciação	-	13.618	9.186	28.277	51.081
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	38.004	12.793	46.474	97.271

ii. Valor Líquido (bens - depreciação)

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Inform. - Hardware	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.374.365	160.972	26.148	36.251	6.597.736
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	147.208	23.443	82.935	253.586
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	160.976	143.879	149.340	454.195

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição do saldo - Consolidado

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos.	Móveis e Utensílios	Inform. Hardware	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.543.287	168.334	27.050	42.527	9.781.198
Adições	-	3.260	-	58.605	61.865
Baixas	(9.543.287)	-	-	-	(9.543.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	171.594	27.050	101.132	299.776
Adições	568.590	47.905	166.622	96.480	879.597
Baixas	-	(20.519)	-	(1.798)	(22.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	568.590	198.980	193.672	195.814	1.157.056

Composição do Saldo - Consolidado (depreciação)

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Inform. Hardware	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.168.922	7.362	902	6.276	3.183.462
Depreciação	4.755.801	17.024	2.705	11.921	4.787.451
Depreciação - baixas	(7.924.723)	-	-	-	(7.924.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	24.386	3.607	18.197	46.189
Depreciação	-	13.618	10.728	28.276	52.622
Depreciação - baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	38.004	14.335	46.473	98.811

i. Valor Líquido (bens - depreciação)

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Inform. -Hardware	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.374.365	160.972	26.148	36.251	6.597.736
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	147.208	23.443	82.935	253.586
Saldos em 31 de dezembro de 2024	568.590	160.976	179.338	149.341	1.058.244

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

A movimentação do intangível durante o ano de 2024, tanto na controladora como no consolidado, está descrita a seguir:

i. Composição do saldo

	Software	Concessão	Projetos e Obras em Andamento	Ativos Direito de Contrato - custos de empréstimos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	115.408.655	117.137.757	30.815.390	263.361.802
Adições	-	-	256.674.492	43.323.056	299.997.548
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	115.408.655	373.812.249	74.138.445	563.359.350
Adições	888.482	-	325.508.847	65.589.807	391.987.136
Adições – Prêmio incorporado				7.195.553	7.195.553
Saldos em 31 de dezembro de 2024	888.482	115.408.655	699.321.097	146.923.805	962.542.039

ii. Composição do Saldo - amortização

	Software	Concessão	Complexo - Obras em Andamento	Ativos Direito de Contrato - custos de empréstimos	Total
Taxa de amortização		3,15%			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	6.960.642	-	-	6.960.642
Amortização	-	3.419.516	-	-	3.419.516
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	10.380.158	-	-	10.380.158
Amortização	-	3.419.516	-	-	3.419.516
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	13.799.673	-	-	13.799.673

iii. Valor Líquido (bens - amortização)

	Software	Concessão	Complexo - Obras em Andamento	Ativos Direito de Contrato - custos de empréstimos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	108.448.013	117.137.757	30.815.390	256.401.160
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	105.028.498	373.812.249	74.138.445	552.979.192
Saldos em 31 de dezembro de 2024	888.482	101.608.982	699.321.097	146.923.805	948.742.366

(*) Conforme OCPC 05 – Contratos de Concessão, itens 116 e 117, ao que trata-se da amortização dos bens integrantes da infraestrutura vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, **dos dois o menor**, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A Administração avalia periodicamente se o intangível é passível de impairment, e qualquer perda adicional é registrada no resultado e em 2024 a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Software

Em 2024, a Companhia realizou investimentos necessários com o desenvolvimento de um app denominado “Mercado Livre Arena Pacaembu”, disponível na play store a partir de janeiro de 2025 para facilitar a comunicação da população na utilização do complexo poliesportivo, de modo a facilitar o agendamento online para atividades como o uso da piscina, quadras de tênis e pista de atletismo. Além de reservas, o aplicativo também informará sobre os eventos que acontecerão na Mercado Livre Arena Pacaembu.

b) Concessão

Em 15 de maio de 2018, a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias em exercício, e o Secretário Municipal de Esporte e Lazer resolveram celebrar o contrato de Concessão do complexo do Pacaembu (o complexo contempla: piscina aquecida, ginásio poliesportivo coberto, ginásio de tênis coberto, arquibancada, quadra externa de tênis, quadra externa de futsal/vôlei, salas de ginásticas e pista de corrida), através de despacho autorizatório número SEI 8397303.

Compreendendo a prestação dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção no Complexo do Pacaembu, no Município de São Paulo e demais normas que regem a matéria, disciplinando-se pelas cláusulas e condições fixadas no instrumento de concessão, contrato este assinado em 16 de setembro de 2019.

O prazo de vigência do contrato será de 35 (trinta e cinco) anos, contados da data da ordem de início. O valor global inicialmente previsto corresponde a R\$ 752.409.974, que corresponde ao valor dos investimentos, despesas e custos operacionais obrigatórios estimados para execução das obrigações do contrato, cumulados com o somatório dos valores da outorga, composta tanto pela fixa no valor de R\$ 115.408.655, como pelas parcelas de outorga variável, durante todo o prazo de vigência da concessão.

	31/12/2023	31/12/2022
Outorgas Concessão Pacaembu:		
Parcela Fixa I	79.262.473	79.262.473
Parcela Fixa II (*)	36.146.182	36.146.182
Total	115.408.655	115.408.655

(*) Parcela fixa II

O montante de R\$ 36.146.182, será pago em 10 (dez) prestações iguais fixas anuais, a partir do 4º (quarto) ano contado na data de ordem de início, no qual em 2024, a Concessionária realizou o pagamento da segunda parcela, no montante de R\$ 4.810.792, totalizando assim R\$ 9.460.152 amortizados. As prestações serão ajustadas conforme variação do IPC-SP ou índice que vier a substituí-lo.

c) Projetos e obras em andamento, custas de empréstimos e juros outorga fixa

Durante o ano de 2024 a Concessionária registrou com os projetos em desenvolvimento e obras em andamento o montante acumulado de

R\$ 846.244.901, decorrentes da realização de investimentos e melhorias na infraestrutura do complexo do Pacaembu a qual apresenta a seguinte composição por natureza:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Engenharia e arquitetura	98.119.288	71.497.626
Materiais e ferramentas	231.263.834	129.428.958
Serviços técnicos - PJ	26.909.187	23.148.116
Serviços terceiros PJ - obras	330.611.338	138.539.500
Custos de juros outorga fixa	12.417.450	11.198.050
Custos de empréstimos Debêntures	139.728.252	74.138.445
Prêmio Incorporado	7.195.553	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	846.244.902	447.950.695

Ao longo do ano de 2024, foram incorridos R\$ 399.182.689 decorrentes da atualização monetária IPC-SP sobre a outorga fixa, juros sobre as debêntures capitalizados conforme premissas do CPC 20 (R1) – custos de empréstimos durante sua fase pré-operacional, além dos demais gastos diretamente relacionados as obras e projetos em andamento do Complexo do Pacaembu.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Logo, foram pagas as respectivas outorgas variáveis, conforme racional a seguir:

d) Outorga variável trimestral

Consolidado					
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	2023				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Receita Bruta					
Receita de locação de espaços - eventos	1.216.950	1.212.112	1.691.335	50.000	4.170.397
Outras receitas	1.973	-	-	-	1.973
	1.218.923	1.212.112	1.691.335	50.000	4.172.370
Outorga variável trimestral (1%)	12.189	12.121	16.913	500	41.723

PACA Eventos e Serviços S.A.	2023				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Receita Bruta					
Catering	-	5.001	12.721	-	17.722
Receitas de locação de equipamento	1.010.880	-	-	-	1.010.880
Receita de organização de eventos	450.000	650.000	-	-	1.100.000
	1.460.880	655.001	12.721	-	2.128.602
Outorga variável trimestral (1%)	14.609	6.550	127	-	21.286

Arpa Comércios e Serviços S.A.	2023				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Receita Bruta					
Vendas de Bilheterias - Camarotes	-	-	138.701	-	138.701
Receita de Locação de Espaços - Eventos	-	1.711.000	3.000	-	1.714.000
Catering	-	12.797	-	-	12.797
Receita de Patrocínio - Eventos	-	360.170	-	-	360.170
	-	2.083.967	141.701	-	2.225.667
Outorga variável trimestral (1%)	-	20.840	1.417	-	22.257
Total outorga variável trimestral (1%)	26.798	39.511	18.458	500	85.267

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	2024				Total
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Receita Bruta					
Receita de locação de espaços - eventos	20.000	-	395.000	1.064.281	1.479.281
Catering	-	-	38.181	25.813	63.994
	20.000	-	433.181	1.090.094	1.543.275
Outorga variável trimestral (1%)	200	-	4.332	10.901	15.433

PACA Eventos e Serviços S.A.	2024				Total
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Receita Bruta					
Receita de locação de espaços - eventos	-	439.008	-	-	439.008
Catering	-	-	26.909	102.251	129.160
Receitas de locação de equipamento	605.480	-	-	-	605.480
Receita de organização de eventos	-	-	-	157.669	157.669
	605.480	439.008	26.909	259.920	1.331.317
Outorga variável trimestral (1%)	6.055	4.390	269	2.599	13.313

Arpa Comércios e Serviços S.A.	2024				Total
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Receita Bruta					
Vendas de Bilheterias - Camarotes	-	-	170.746	-	170.746
Receita de Locação de Espaços - Eventos	-	-	2.241.056	-	2.241.056
Receita de Patrocínio - Eventos	-	40.000	320.000	-	360.000
	-	40.000	2.731.802	-	2.771.802
Outorga variável trimestral (1%)	-	400	27.318	-	27.718
Total outorga variável trimestral (1%)	6.255	4.790	31.919	13.500	56.464

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outorga variável anual

Empresas	Consolidado		
	2023		
	Receita Bruta Anual	Alíquota	Outorga variável anual
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	4.172.370	1%	41.724
PACA Eventos e Serviços S.A.	2.128.602	1%	21.286
Arpa Comércios e Serviços S.A.	2.225.667	1%	22.257
	8.526.639		85.267

Empresas	2024		
	2024		
	Receita Bruta Anual	Alíquota	Outorga variável anual
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	1.543.275	1%	15.433
PACA Eventos e Serviços S.A.	1.331.317	1%	13.313
Arpa Comércios e Serviços S.A.	2.771.802	1%	27.718
	5.646.394		56.464

12. Direito de uso

Conforme premissas do CPC 06 (R2), a Concessionária e suas investidas apresentaram os seguintes números via contratos que atendem aos critérios para reconhecimento de ativos via arrendamento.

a) Composição do saldo – Controladora

	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Adições (*)	38.533.092	38.533.092
Saldos em 31 de dezembro de 2023	38.533.092	38.533.092
Adições (*)	119.420.911	119.420.911
Saldos em 31 de dezembro de 2024	157.954.003	157.954.003

(*) O saldo não está sendo amortizado até o momento, pelo fato do complexo não estar em condições de uso.

b) Composição do saldo – Consolidado

	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Adições	53.032.802	53.032.802
Saldos em 31 de dezembro de 2023	53.032.802	53.032.802
Adições	119.420.911	119.420.911
Saldos em 31 de dezembro de 2024	172.453.713	172.453.713

i. Composição do saldo – Consolidado (amortização)

	Direito de Uso	Total
Taxa de amortização (*)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Amortização	2.525.884	2.525.884
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.525.884	2.525.884
Amortização	3.047.600	3.047.600
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.573.484	5.573.484

(*) A Taxa de amortização é avaliada pela vida útil do bem ou pelo tempo de contrato, dos dois o menor, avaliando ainda o tempo remanescente do contrato de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Valor Líquido (direito de uso - amortização)

	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	50.506.918	50.506.918
Saldos em 31 de dezembro de 2024	166.880.229	166.880.229

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores a pagar (*)	34.141.890	29.537.656	34.173.548	29.537.656
Total	34.134.890	29.537.656	34.173.548	29.537.656

(*) os fornecedores referem-se de forma geral a prestação de serviços gerais de terceiros necessários ao Complexo do Pacaembu durante suas melhorias.

14. Empréstimos e financiamentos**a) Controladora**

Tipo de Operação	Taxa	31/12/2024	31/12/2023
Debênture - 2ª emissão	CDI + 5% a.a.	174.008.271	166.774.556
Debênture - 3ª emissão	CDI + 5% a.a.	260.506.431	260.492.574
(-) Custas sobre debêntures		(4.308.554)	-
Passivo circulante		430.206.149	98.993.453
Passivo não circulante		-	328.273.676
Total		430.206.149	427.267.129

b) Consolidado

Tipo de Operação	Taxa	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Debênture - 2ª emissão	CDI + 5% a.a.	174.008.271	166.774.556
Debênture - 3ª emissão	CDI + 5% a.a.	260.506.431	260.492.574
CCB Banco Luso Brasileiro	CDI + 6,90% a.a.	34.257.245	48.549.332
(-) Custas sobre debêntures		(4.308.554)	-
Passivo circulante		464.463.394	124.691.891
Passivo não circulante		-	351.124.570
Total		464.463.394	475.816.461

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2022, foi aprovada a securitização da Companhia por meio da emissão de certificado de recebíveis imobiliários da 506ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A, referente a 2ª emissão da Companhia. Conforme os termos e condições do Termo de Securitização, a Companhia captou em 30 de junho de 2022 o montante de R\$ 170.000.000 com vencimento em 30 de junho de 2027 e juros remuneratórios de CDI + 5,00% a.a. No ano de 2023 houve um aditivo contratual mudando a forma de amortização e prazo de vencimento da operação, passando a vigorar com vencimento em 25 de outubro de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de outubro de 2023, foi deliberada a 3ª emissão da Companhia para celebração dos demais atos necessários à sua emissão e à oferta pública de distribuição. Conforme os termos e condições estabelecidas neste contrato, a Companhia captou o montante de R\$ 260.000.000 com vencimento em 29 de novembro de 2025 e juros remuneratórios de CDI + 5,00% a.a.

a) Garantias

A controladora mantém em garantia referente a 2ª (segunda) e 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicionais, em série única, conforme segue:

- Fiança bancária no valor de R\$ 20.000.000 e R\$ 50.000.000 tendo a Debenturista como beneficiária, com expressa renúncia ao benefício de ordem e direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos no artigo 277, no parágrafo único do artigo 333, nos artigos 364, 366, 368, 821, 824 e 827, no parágrafo único do artigo 829, nos artigos 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do código civil;
- A Companhia e a Progen S.A. responderão, na forma da lei, como coobrigadas, em caráter solidário com os Fiadores, sem qualquer benefício de ordem entre elas;
- Cessão Fiduciária de Conta Vinculada, onde sobre a conta vinculada de titularidade da Progen, cujo somatório deverá perfazer, no mínimo o valor de R\$ 20.000.000 mensais para 2ª emissão e R\$ 30.000.000 mensais para 3ª emissão;
- Cessão Vinculada de direitos creditórios, será constituída a cessão fiduciária, sobre os direitos creditórios de titularidade da Companhia, a serem depositados na conta corrente de movimentação restrita, de titularidade da Companhia;
- Alienação Fiduciária de Ações será constituída e outorgada pelas Acionistas em benefício do debenturista;
- Alienação Fiduciária de Cotas celebrada pelos cotistas do Savona Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em benefício da Debenturista, sobre 100% das cotas do Savona Fundo de Investimento em Participações;

b) Covenants

Além das garantias, mencionadas acima, a 2ª e 3ª emissão das debêntures mantém as seguintes exigências contratuais e eventos passíveis de acarretar o vencimento antecipado automático e não automático das obrigações:

- Pedido de recuperação judicial, independentemente de ter sido requerida homologação judicial;
- Extinção, liquidação, dissolução, pedido de falência da Companhia e/ou dos Acionistas;
- Redução do capital social da Companhia sem observância ao disposto no § 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- Decretação de insolvência civil de qualquer dos fiadores, por meio de sentença judicial transitada em julgado;
- Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Companhia, fiadores ou Acionistas das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão de Debêntures, sem prévia anuência da Debenturista;
- Caso a Companhia contrate empréstimos, financiamentos, amortize mútuos com partes relacionadas, ou qualquer outro título de dívida sem a prévia e expressa anuência dos titulares de CRI reunidos em assembleia;
- Transformação do tipo societário da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- Descumprimento do contrato de concessão que enseje a intervenção pelo Poder Concedente;
- Incorporação da Companhia por quaisquer terceiros, fusão ou cisão da Companhia, sem a prévia aprovação dos titulares de CRI, exceto se atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- Em caso de alienação, direta ou indireta, do controle acionário sobre a Companhia, exceto se tal alienação obedecer as disposições do contrato de concessão, decorrer de transferência de ações da Companhia em razão de cisão, fusão, incorporação, redução de capital ou outra forma de reorganização societária, desde que os proprietários das ações em questão da Companhia, sejam veículos de investimentos controlados pelos atuais Acionistas da Companhia; ou não implicar perda do poder de controle, que poder ser exercido de forma individual ou conjunta pelos atuais controladores;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, de forma a alterar as disposições que tratam a disposição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou aprovação superior de dividendos em montante superior a 25% do lucro líquido da Companhia no exercício;
- Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos, incluindo devolução de mútuo ou Aporte para Futuro Aumento de Capital, pela Companhia a seus Acionistas, caso ainda não tenha sido apurada a conclusão das Obras Futuras, conforme Relatório de Medição e/ou tenha sido constatado inadimplemento pecuniário no âmbito desta Emissão;
- Arresto, sequestro ou penhora de bens da Companhia, em valor igual ou superior a R\$ 20.000.000 (vinte milhões de reais), devendo o referido valor ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão das Debêntures;
- Arresto, sequestro ou penhora de bens dos Fiadores, de forma individual, em valor igual ou superior a R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), devendo o referido valor ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão das Debêntures;
- Protesto de títulos contra a Companhia e/ou Fiadores e cujo valor pago, individual ou agregado do referido protesto ultrapasse R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), corrigidos anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão das Debêntures;
- Alteração do objeto social da Companhia, exceto feita à inclusão, em seu objeto social, de outras atividades, desde que de qualquer forma relacionadas ou complementares ao objeto da Concessão;
- Não renovação, dentro do prazo de 45 dias contados do vencimento ou cancelamento das apólices dos seguros do Complexo Pacaembu pela Companhia, incluindo, mas não se limitando às apólices que consubstanciam os Direitos Seguros;
- Caso sejam admitidos novos cotistas, mediante a emissão de novas cotas e subscrição por qualquer terceiro que não sejam os atuais Cotistas do Savona Fundo de Investimento em Participações, sem a prévia aprovação dos Titulares de CRI;
- Caso não sejam submetidos, na forma da lei, as contas e os balanços da Progen S.A. e devem ser submetidos a empresas de auditoria independente e apresentar cópia aos Debenturistas no prazo de 90 dias ao final de cada exercício social;
- Não manutenção, pela Progen S.A., do Índice Financeiro, o qual será apurado anualmente pela Securitizadora, em todo mês de março de cada ano, com base nas demonstrações contábeis consolidadas e auditadas da Progen S.A. ao término de cada exercício social, sendo ele a Dívida Líquida / EBITDA menor que 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos). Em 31 de dezembro de 2024, a Progen S.A. apresentou EBITDA de 3,46 (três inteiros e quarenta e seis centavos) atendo assim a cláusula de covenants.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios de 2023 e 2024, tanto para a controladora como para o consolidado, estão descritas a seguir:

Movimentação dos empréstimos	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	427.267.129	170.935.108
Captação de empréstimos	-	260.000.000
Juros incorridos s/empréstimos	65.589.801	32.660.762
Custas sobre debêntures	(4.308.554)	381.511
Prêmio debênture incorporado	7.195.553	-
(-) Amortização principal	-	(3.750.710)
(-) Amortização juros	(65.537.781)	(32.959.542)
Saldo no final do exercício	430.206.149	427.267.129

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos empréstimos	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	475.816.461	170.935.108
Captação de empréstimos	-	358.157.977
Juros incorridos s/empréstimos	73.461.803	39.063.042
Custas sobre debêntures	(4.308.554)	381.511
Prêmio debênture incorporado	7.195.553	-
(-) Amortização principal	(16.821.380)	(53.751.613)
(-) Amortização juros	(70.880.488)	(38.969.564)
Saldo no final do exercício	464.463.394	475.816.461

O cronograma de amortização anual das debêntures, tanto para a controladora como para o consolidado são os seguintes:

i. Controladora

	Controladora	
	2025	Total
2ª Debêntures	174.008.272	174.008.271
3ª Debêntures	256.197.877	256.197.877
Total dos empréstimos e debêntures	430.206.149	430.206.149

ii. Consolidado

	Consolidado	
	2025	Total
2ª Debêntures	174.008.271	174.008.271
3ª Debêntures	256.197.877	256.197.877
CCB Banco Luso Brasileiro	34.257.245	-
Total dos empréstimos e debêntures	464.463.394	464.463.394

15. Arrendamentos

Dos contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) consideramos o valor acordado em contratos para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros, descontada taxa incremental de juros, fixada em 17,23% na Allegra e 9,41% na PACA em 2024, a ser reavaliada para 2025, conforme novo cenário de média a ser obtida. Abaixo, apresentamos a posição para a controladora e consolidado.

Movimentação dos arrendamentos	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	35.994.510	-
Constituição do arrendamento	119.420.912	38.533.092
Juros arrendamento	18.236.869	1.411.418
(-) Amortização principal	(2.179.989)	(2.538.582)
(-) Amortização juros	(19.115.614)	(1.411.418)
Saldo no final do exercício	152.356.688	35.994.510
Passivo circulante	11.841.198	1.008.360
Passivo não circulante	140.515.490	34.986.150
	152.356.688	35.994.510

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos arrendamentos	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	48.897.923	-
Constituição do arrendamento	119.420.912	53.032.802
Juros arrendamento	18.775.538	1.843.817
(-) Amortização principal	(5.119.085)	(4.134.879)
(-) Amortização juros	(19.654.284)	(1.843.817)
Saldo no final do exercício	162.321.004	48.897.923
Passivo circulante	15.475.958	4.048.305
Passivo não circulante	146.845.046	44.849.618
Total	162.321.004	48.897.923

Os contratos de arrendamento referem-se à locação de equipamentos como os de sistema de iluminação das quadras de tênis, equipamentos de som e luz, sistemas de automação predial desde o controle de acesso, circuito fechado de TV, rede de telecomunicações, detecção e alarme de incêndio, sonorização, até a infraestrutura elétrica e sistemas de distribuição de água gelada e de ar-condicionado, visando eficiência energética do complexo.

16. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas				
Ordenados, salários e benefícios	40.556	36.052	40.556	36.052
Provisões trabalhistas	73.930	80.647	73.930	80.647
Provisões encargos sociais	25.728	28.065	25.728	28.065
INSS retido na fonte	900.822	862.426	900.822	862.426
IRRF sobre salário	24.896	27.845	24.896	27.845
FGTS a recolher	5.595	6.455	5.595	6.455
Total	1.071.526	1.041.490	1.071.526	1.041.490
Tributárias				
ISS a recolher	252.415	461.244	252.624	461.244
PIS/COFINS/CSLL a recolher	128.019	149.889	132.023	150.168
IRRF retido a recolher	24.364	60.301	24.660	61.111
PIS a Recolher	-	2.073	-	2.085
COFINS a Recolher	-	11.317	-	11.390
Imposto de Renda a recolher	-	-	-	24.422
Contribuição Social a recolher	-	-	-	13.281
Outros tributos	12.706	296.727	12.706	296.730
IOF a recolher (a)	9.490.589	5.887.760	9.490.589	5.887.760
IRRF s/ mútuo (a)	7.041.984	5.353.976	7.041.984	5.353.976
Total	16.950.076	12.223.286	16.954.585	12.262.166
Total Trabalhistas + Tributárias	18.021.602	13.264.776	18.026.111	13.303.656

(a) Valores de impostos apurados decorrentes dos mútuos entre partes relacionadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Concessões e serviços públicos a pagar

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Outorga fixa e variável	39.177.902	42.767.116
Total	39.177.902	42.767.116
Passivo circulante	4.974.189	4.742.372
Passivo não circulante	34.203.713	38.024.744
Total	39.177.902	42.767.116

a) Outorga fixa 2

O montante de R\$ 39.089.957 (trinta e nove milhões, oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais), será pago em 8 (oito) prestações iguais e fixas anuais, no qual em 2024, a Concessionária realizou o pagamento da segunda parcela, no montante de R\$ 4.810.792 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e noventa e dois reais), totalizando assim, R\$ 9.460.152 (nove milhões, quatrocentos e sessenta mil, cento e cinquenta e dois reais) amortizados. As prestações serão ajustadas conforme variação do IPC-SP ou índice que vier a substituí-lo.

b) Saldo outorgas fixa a variável

Outorga fixa 2	39.089.957
Outorga variável 1	73.426
Outorga variável 2	14.519
Total	39.177.902

Além da outorga fixa 2, o anexo IV – mecanismo de pagamento da outorga, prevê o recolhimento da outorga variável 1, que incide anualmente sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e demais empresas do grupo no equivalente a 1% e o recolhimento da outorga variável 2, que incide 1% sobre a totalidade das receitas brutas trimestrais.

A Outorga variável 1 deve ser recolhida até o dia 20 (vinte) de maio de cada ano, sobre a receita bruta anual do exercício fiscal imediatamente anterior. Já a outorga variável 2 deve ser recolhida em até 50 (cinquenta) dias do encerramento do trimestre, exceto no último trimestre civil de cada ano, caso em que deverá ser paga em até (100) dias do encerramento do trimestre.

18. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Demais obrigações com terceiros a pagar (a)	4.950.000	780.920	4.950.000	780.920
Incentivos fiscais a aplicar (b)	-	-	453.500	760.000
Fianças bancárias a pagar (a)	1.651.358	1.646.215	1.651.358	1.646.215
Retenção contratual com fornecedores (a)	1.303.489	30.446	1.331.249	30.446
Total	7.904.848	2.457.581	8.386.107	3.217.581

(a) Referem-se a demais prestações de serviços de administração das atividades da Concessionária, garantias financeiras previstas contratualmente na captação de dívidas para financiamentos das obras do complexo e retenções financeiras contratuais de serviços prestados por terceiros.

(b) Incentivos fiscais recebidos a aplicar na Feira de Arte Brasileira – ARPA 2024, conforme inscrição do projeto sob o nº 237381 no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), enquadrado no Art. 18º Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Transações com partes relacionadas

A Concessionária mantém transações comerciais com a Progen S.A.

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, sejam administradores e empregados ou acionistas, são efetuadas sob condições de mercado e pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Os valores registrados como mútuos são atualizados com base no índice CDI, e acrescidos a taxa de juros de 3,89% (três vírgula oitenta e nove por cento) a.a., sendo repactuados desde o início das movimentações em 2019, considerando a última repactuação vigente até o final do ano de 2025, fato este considerado como prudente para classificação contábil no longo prazo pelo histórico de renegociações efetuadas. Adicionalmente, cabe salientar que, apenas os contratos classificados como movimentações de mútuo entre a Concessionária Allegra e a Progen S.A, mantém os respectivos juros remuneratórios, IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e IOF (Imposto sobre Operações financeiras), e os demais registros “intercompany” são considerados como conta-corrente, os isentando assim, das tratativas de um mútuo.

A seguir, estão demonstradas as movimentações das operações de mútuo e conta corrente:

Ativo	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
PACA Eventos e serviços S.A.	8.848.045	-
Arpa Comércio e Serviços S.A	5.691.897	916.725
Total	14.539.942	916.725

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Progen S.A.	367.600.873	228.442.675	367.600.873	228.442.675
PACA Eventos e serviços S.A.	-	22.694.608	-	-
	367.600.873	251.137.283	367.600.873	228.442.675

a) Movimentação captação de mútuo e partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	251.137.283	115.405.488	228.442.675	115.305.488
Captação de mútuo	87.747.762	123.323.559	110.442.369	100.728.951
Juros incorridos s/mútuo	11.911.721	14.521.683	11.911.721	14.521.683
IRRF retido s/ mútuo	(1.688.009)	(2.177.057)	(1.688.008)	(2.177.057)
Captação via conta corrente	18.492.116	63.610	18.492.116	63.610
Total	367.600.873	251.137.283	367.600.873	228.442.675

20. Provisão para demandas judiciais

Na data das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências e bloqueios / depósitos judiciais:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
Bloqueios judiciais	42.569	42.569
Depósitos judiciais	87.463	87.463
Total	130.032	130.032

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação de provisão para contingência

	Provisão para Contingências
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.265.477
Adições	5.072
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.270.549
Adições	713.493
Reversões	(274.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.709.113

b) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por prestadores de serviços que solicitam responsabilidade solidária e subsidiária vinculados a verbas trabalhistas e demais pleitos indenizatórios.

c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2024 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 4.912.145 (R\$ 1.833.547 em 2023) decorrentes de causas trabalhistas, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia é indicada para a uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

21. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 22.000.000 (vinte e dois milhões de reais), composto de 22.000.000 (vinte e dois milhões) de ações ordinárias, nominativas e se, valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1 (um real) cada uma.

b) Constituição de reservas

Observados os limites estabelecidos no artigo 204 da Lei nº 6.404/76, e ainda, estatuto social vigente, a reserva legal deverá ser constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

c) Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita líquida

A composição das receitas operacionais, por natureza é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Locação de Espaços - Eventos	1.479.281	4.170.397	4.159.345	6.984.397
Receita de Locação de Equipamento	-	-	605.480	-
Receita de Eventos - Patrocínios	-	-	360.000	498.871
Receita de Bilheterias	-	-	170.746	-
Receita de Organização de Eventos	-	-	157.669	1.010.880
Catering	63.994	1.973	193.154	32.491
Receita de incentivo fiscal aplicado - Patrocínios	-	-	72.500	-
Receita Bruta de vendas	1.543.275	4.172.370	5.718.894	8.526.639
(-) PIS s/ vendas de serviços	(25.723)	(65.410)	(88.145)	(137.255)
(-) Cofins s/ vendas de serviços	(118.483)	(301.281)	(406.001)	(633.078)
(-) ISS s/ vendas de serviços	(77.165)	(208.619)	(222.726)	(360.417)
Receita líquida de vendas	1.321.904	3.597.060	5.002.022	7.395.889

23. Despesas gerais e administrativas**a) Por função**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados	(1.210.352)	(2.582.963)	(4.504.810)	(6.086.674)
Despesas gerais e administrativas	(25.937.393)	(14.871.640)	(38.733.381)	(30.278.965)
	(27.147.745)	(17.454.603)	(43.238.191)	(36.365.639)

b) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aluguel	(419.731)	(234.998)	(419.731)	(234.998)
Auditoria, consultoria e serviços jurídicos	(4.497.803)	(2.284.079)	(4.775.798)	(2.307.455)
Com pessoal	(2.784.912)	(1.107.741)	(2.784.912)	(1.153.491)
Custos e despesas administrativos	(5.182.990)	(7.406.035)	(8.133.684)	(10.218.432)
Depreciação e amortização	(3.444.756)	(8.206.966)	(6.332.938)	(10.732.850)
Despesas comerciais	(7.362.136)	(892.262)	(7.740.094)	(1.053.192)
Energia elétrica, água e gás	(1.454.841)	(1.172.006)	(1.454.841)	(1.172.006)
Impostos e taxas - diversos	(554.693)	(778.865)	(638.539)	(820.262)
Locação de máquinas, equipamentos e veículos	(290.081)	(2.886.980)	(768.037)	(3.751.442)
Manutenção e conservação	(1.903.686)	(690.658)	(2.027.471)	(872.103)
Perda de Crédito Esperada	(446.007)	-	(461.879)	-
Segurança e vigilância	(2.205.048)	(768.389)	(2.259.138)	(792.715)
Seguros	(1.364.718)	(879.121)	(1.487.039)	(879.121)
Serviços terceiros	(3.752.466)	(1.950.195)	(3.752.466)	(1.950.195)
Tecnologia da informação	(344.809)	(171.326)	(347.884)	(190.432)
Treinamentos	-	-	(50.000)	-
Viagens, hospedagens e locomoção	(142.948)	(440.360)	(247.079)	(516.703)
(-) Reembolso de despesas e CSC	9.003.878	12.415.380	443.338	279.758
	(27.147.745)	(17.454.603)	(43.238.191)	(36.365.639)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Financeira				
Outras receitas financeiras	-	5.146	650	5.090
Aplicações financeiras	267.148	1.360.917	391.164	1.376.828
(-) PIS s/receita financeira	(2.463)	(9.023)	(2.948)	(9.086)
(-) Cofins S/receita financeira	(14.030)	(55.529)	(17.015)	(55.914)
Total	250.655	1.301.511	371.851	1.316.918
Despesa Financeira				
Despesas bancárias	(258.895)	(1.268.165)	(390.923)	(1.298.990)
Juros s/ empréstimos	-	(6.957.093)	(7.843.030)	(13.359.379)
Juros s/ mútuos com partes relacionadas	(11.911.721)	(14.521.683)	(11.911.721)	(14.521.683)
Juros passivos	(16.876.421)	-	(16.876.421)	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(3.604.740)	(2.596.993)	(4.132.913)	(3.742.516)
Mora/ multa	(73.511)	(53.092)	(281.395)	(69.364)
Variação cambial	-	(261)	(198)	3.120
Taxa Fiança - Empréstimos e Financiamentos	(3.121.639)	(2.655.868)	(3.121.639)	(2.655.868)
Outras despesas financeiras	(1.613.175)	(247.018)	(1.779.180)	(287.618)
Juros IFRS 16	(18.236.869)	(1.411.418)	(18.775.539)	(1.843.817)
Total	(55.696.971)	(29.711.591)	(65.112.959)	(37.776.115)
Resultado financeiro líquido	(55.446.316)	(28.410.080)	(64.741.108)	(36.459.197)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social diferida

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes do prejuízo fiscal e diferenças temporárias, conforme racional abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas				
Base para IR e CSSL diferido	(92.771.735)	(58.903.407)	(114.128.355)	(66.821.613)
Adições (+)				
Despesa com equivalência patrimonial	13.202.920	15.053.707	13.202.920	-
Multas e despesas indedutíveis	25.970	2.224	61.079	62.293
Brindes	-	-	10.000	16.667
Provisão para perda de crédito esperada	446.007	-	461.879	-
Perdas no recebimento de clientes	20.886	-	20.886	-
Provisão de processos trabalhistas	713.493	-	713.493	-
Exclusões (-)				
Reversão de provisão de proc trabalhistas	(274.929)	-	(274.929)	-
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
IR e CS diferido sobre prejuízo fiscal do exercício	26.736.712	14.908.142	33.977.229	22.692.502

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valor líquido no resultado				
IR e CS diferido sobre prejuízo fiscal do exercício	26.736.712	14.908.142	33.977.229	22.692.502
IR e CS diferido sobre prejuízo fiscal - 2019 (*)	(3.196)	-	(3.196)	-
IR e CS diferido sobre provisões temporárias	300.754	-	306.150	-
Imposto de renda e contribuição social diferido 2024	27.034.271	14.908.142	34.280.184	22.692.502

(*) Correção de saldo do prejuízo fiscal, conforme saldo acumulado da base.

Segue abertura do ativo fiscal diferido acumulado, conforme saldo contábil:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas	64.366.305	37.632.788	79.391.183	45.417.149
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos trabalhistas	581.098	431.987	581.098	431.987
Provisão para perda de contas a receber	151.642	-	157.038	-
Provisão de remuneração de pessoal	1.948.513	1.948.513	1.948.513	1.948.513
Total	2.681.253	2.380.500	2.686.650	2.380.500
Ativo fiscal diferido	67.047.558	40.013.288	82.077.832	47.797.649

Na determinação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, levamos em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. Pelo fato da Concessionária estar em fase de investimentos com operacionalização do complexo a vigorar em 2025 e a projeção de lucros tributáveis futuros durante o prazo da concessão, acreditamos que a provisão do ativo fiscal diferido, segue adequada até o cenário atual, conforme interpretações estabelecidas no CPC 32 – tributos sobre o lucro, considerando as projeções de resultado da Concessionária, que apontam lucros contábeis anuais a partir de 2026.

Abaixo, seguem as mesmas movimentações de ativo fiscal diferido mencionadas, porém, em saldos acumulados desde o início de seu reconhecimento contábil:

Período	Prejuízo fiscal e diferença temporária				
		34%	34%	34%	34%
2019	5.054.715	1.718.603	1.718.603	1.718.603	1.718.603
2020	24.579.702	8.357.099	8.357.099	8.357.099	8.357.099
2021	13.225.479	4.496.663	4.496.663	4.496.663	4.496.663
2022	30.978.769	10.532.781	10.532.781	10.532.781	10.532.781
2023	43.847.475	14.908.141	14.908.142	22.692.502	22.692.502
2024	79.512.560	27.034.271	-	34.280.184	-
Total		67.047.558	40.013.288	82.077.832	47.797.648

26. Gestão de capital e riscos de mercado

A Concessionária administra seu capital para assegurar a continuidade de suas operações normais, ao mesmo passo que procura otimizar o saldo das dívidas e do patrimônio, principalmente por se tratar de uma período pré-operacional.

Sua estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, conforme Nota Explicativa nº 14, deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na Nota Explicativa nº 4.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice de endividamento da Companhia é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	256.657	68.223.381	769.436	71.985.020
Partes relacionadas	14.539.942	916.725	-	-
Total	14.796.599	69.140.106	769.436	71.985.020
Passivos financeiros				
Empréstimos, finan e debêntures	430.206.149	427.267.129	464.463.394	475.816.461
Concessão - outorga fixa a pagar	39.177.902	42.767.116	39.177.902	42.767.116
Partes relacionadas	367.600.873	251.137.283	367.600.873	228.442.675
Total	836.984.924	721.171.528	871.242.169	747.026.252
Dívida líquida	822.188.324	652.031.421	870.472.732	675.041.232
Patrimônio líquido	135.802.249	70.064.784	135.802.249	70.064.784
Índice de endividamento	6,0543	9,3061	6,4099	9,6345

a) Classificação de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo, e no entendimento da Administração da Companhia não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Classificação	Controladora		Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Ativos					
Caixa e bancos	Custo amortizado	37.568	4.837.104	53.007	4.848.344
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado (nível II)	256.657	68.223.381	769.436	71.985.020
Contas a receber	Custo amortizado	349.192	816.432	755.144	971.004
Adiantamentos	Custo amortizado	18.409.765	53.180.823	23.163.038	55.622.009
Partes relacionadas	Custo amortizado	14.539.942	916.725	-	-
Total		33.593.124	127.974.465	24.740.626	133.426.377
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	34.141.890	29.537.656	34.173.548	29.537.656
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	430.206.149	427.267.129	464.463.394	475.816.461
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	272.964.369	23.858.472	273.019.832	23.993.155
Concessão - outorga fixa a pagar	Custo amortizado	39.177.902	42.767.116	39.177.902	42.767.116
Partes relacionadas	Custo amortizado	367.600.873	251.137.283	367.600.873	228.442.675
Total		1.144.091.183	774.567.656	1.178.435.548	800.557.064

b) Risco de mercado

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Companhia monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (Derivativos).

d) Análise de sensibilidade

Conforme instrução CVM nº 475/08 e CPC 40 (R1) (IFRS 7), a Companhia, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais fatores de riscos que afetam a precificação dos seus instrumentos financeiros, basicamente representados por variações de índices de inflação IPC (Fipe) e variação de taxa de juros (CDI).

Os cenários para esses fatores são elaborados a partir de fontes de mercado e outras fontes relevantes, de acordo com as políticas da Companhia.

Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue o demonstrativo da análise de sensibilidade, abaixo avaliado pelo consolidado:

	Nota	31/12/2024	CDI	IPC (Fipe)	Sem indexador
Caixa e bancos	10	53.007		-	53.007
Aplicações Financeiras	10	769.436	769.436	-	-
Contas a receber	11	755.144	-	-	755.144
Partes relacionadas	19	-	-	-	-
Total ativos com riscos financeiros		1.577.588	769.436	-	808.151
Empréstimos e financiamentos	14	(464.463.394)	(464.463.394)	-	-
Arrendamentos a pagar	15	(162.321.005)	(162.321.005)	-	-
Fornecedores		(34.173.548)	-	-	(43.867.375)
Outorga a pagar	17	(39.177.902)		(39.177.902)	
Partes relacionadas	19	(367.600.873)	(367.600.873)	-	-
Total passivos com riscos financeiros		(1.067.736.721)	(994.385.271)	(39.177.902)	(43.867.375)
Total ativos e passivos com riscos financeiros		(1.066.159.133)	(993.615.835)	(39.177.902)	(43.059.224)

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
CDI	5,88	8,83	11,77	14,71	17,65
IPC (Fipe)	2,30	3,44	4,59	5,74	6,89

Ativos e passivos líquidos	31/12/2024	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
CDI	(993.615.835)	(58.464.288)	(87.696.432)	(116.928.576)	(146.160.720)	(175.392.864)
IPC (Fipe)	(39.177.902)	(899.133)	(1.348.699)	(1.798.266)	(2.247.832)	(2.697.399)

27. Seguros

Riscos de engenharia e garantias de contrato

A Concessionária possui com a JNS Seguradora S.A a apólice de seguro nº 1007507109617 na modalidade de construção, concessão, fornecimento ou prestação de serviços, com cobertura adicional de ações trabalhistas e previdenciárias, o qual o contrato de seguro garante indenização até o valor da garantia fixado na apólice, referente à garantia de execução do contrato de concessão, conforme previsão na cláusula 27ª do contrato de concessão nº 001/SEME/2018, processo 6071.2018/000124-3, que tem por objeto a Concessão dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu. Valor Global do Contrato: R\$ 998.303.029 (novecentos e noventa e oito milhões, trezentos e três mil e vinte e nove reais). Valor máximo da Garantia (5%): R\$ 49.915.151 (quarenta e nove milhões, novecentos e quinze mil, cento e cinquenta e um reais). O prazo de vigência desta apólice está entre 31/07/2024 à 31/07/2025.

Adicionalmente, a concessionária possui junto a Berkley International do Brasil S.A, seguro referente a apólice de nº 1006700052636 na modalidade de riscos de engenharia com limite máximo de garantia da apólice em R\$ 143.945.604 (cento e quarenta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quatro reais). Sua vigência está fixada a partir de 11/10/2024 a 19/09/2026.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

28. Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as seguintes transações de investimento e financiamento que não envolvem caixa foram:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Constituição de arrendamentos	119.420.911	38.533.092	119.420.911	53.032.802
Juros capitalizados	65.589.801	32.600.762	73.461.803	39.063.037
Prêmio debênture incorporado	7.195.553	-	7.195.553	-
Total	192.206.265	71.133.854	200.078.267	92.095.839

29. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2025 a Concessionária realizou a abertura do Complexo à sociedade por meio do evento da Copa São Paulo de Futebol Júnior, a “Copinha”, onde a população pôde assistir à final do campeonato. Com isso, a Concessionária entregou a população o estádio totalmente reformado e com novas áreas a serem utilizadas, como: a piscina, a pista de atletismo, as quadras de tênis e de basquete. Permaneceu ainda em obras o edifício multifuncional, que abrigará futuramente um hotel, um centro médico de reabilitação esportiva e restaurantes.

Ainda em 2025, a Concessionária aprovou a 4ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, tendo como securitizadora da operação a Virgo Companhia de Securitização. A operação prevê captação no montante de R\$ 515.000.000 (quinhentos e quinze milhões de reais) para reperfilamento e alongamento da dívida com as seguintes características: prazo de 10 anos para amortização, carência do principal para 3 anos, sendo realizado de forma anual, sem carência de juros, com pagamentos mensais e taxa IPCA + 12% a.a.

Com essa captação, a Companhia liquidará antecipadamente a 2ª e a 3ª Emissão de Debêntures, representadas na Nota Explicativa nº 14.